

Aviso n.º 18 930/2007

Por despacho do Secretário de Estado do Turismo de 19 de Julho de 2007, foi verificada a transferência dos direitos e deveres emergentes da declaração de utilidade turística atribuída, a título prévio, ao Bejaparque Hotel, com a classificação de 4 estrelas, a levar a efeito na Rua do 1.º de Maio, em Beja, de J. B. Sociedade Imobiliária, L.ª, para o Banco Comercial Português, S. A., com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2006.

O empreendimento em apreço foi declarado de utilidade turística prévia por despacho do Secretário de Estado do Turismo de 28 de Agosto de 2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 198 (parte especial), de 13 de Outubro de 2006.

8 de Agosto de 2007. — O Vogal do Conselho Directivo, *Jorge Umbelino*.

2611051154

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 881/2007

Pelo Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, com a redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24 de Novembro, confere-se aos conselhos cinegéticos e da conservação da fauna municipais um importante papel no âmbito da definição da política cinegética do concelho.

Determina o n.º 2 do artigo 157.º daquele diploma que, por portaria do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, seja fixada a composição de cada conselho.

Com fundamento no disposto no artigo 157.º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, com a redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24 de Novembro:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o seguinte:

1.º O Conselho Cinegético Municipal de Vila Nova de Paiva é constituído pelos seguintes vogais:

Representantes dos caçadores:

João Carlos Afonso de Almeida.
João Carlos de Oliveira Rego.
João Paulo Peixoto Loureiro.

Representantes dos agricultores:

Augusto Ferreira Pinto.
Mário Pereira Leal.

Autarca de freguesia — Orlando Pereira Gomes.
Representante da Direcção-Geral dos Recursos Florestais — Isabel Maria Duarte Gomes Rodrigues.

Representante do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade — Carlos Miguel Moreira Carvalho.

2.º Em caso de impedimento de qualquer dos vogais, pode o mesmo fazer-se representar por um substituto devidamente credenciado pela organização que representa.

20 de Setembro de 2007. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Portaria n.º 882/2007

Pelo Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, com a redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24 de Novembro, confere-se aos conselhos cinegéticos e da conservação da fauna municipais um importante papel no âmbito da definição da política cinegética do concelho.

Determina o n.º 2 do artigo 157.º daquele diploma que, por portaria do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, seja fixada a composição de cada conselho.

Com fundamento no disposto no artigo 157.º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, com a redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24 de Novembro:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o seguinte:

1.º O Conselho Cinegético Municipal de Leiria é constituído pelos seguintes vogais:

Representantes dos caçadores:

Amílcar Jesus Ribeiro.
António Inês Santos Goios.
Manuel de Jesus Jorge.

Representantes dos agricultores:

António da Conceição Ferraria.
Maria Lucília Ferreira da Costa Rico.

Representante das organizações não governamentais do ambiente — Diomar Santos Ferreira.

Autarca de freguesia — António Carlos Ferreira Passadouro.
Representante da Direcção-Geral dos Recursos Florestais — Mário Luís Caleiras Viegas.

Representante do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade — Gabriel Bento Simões.

2.º Em caso de impedimento de qualquer dos vogais, pode o mesmo fazer-se representar por um substituto devidamente credenciado pela organização que representa.

20 de Setembro de 2007. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais

Aviso (extracto) n.º 18 931/2007

Por despacho de 19 de Setembro de 2006 do subdirector-geral dos Transportes Terrestres e Fluviais, foi autorizada a alteração do terminal em Coruche (Est.) para Coruche, da carreira regular de passageiros entre Cabeção e Coruche (Est.), explorada por Barraqueiro — Transportes, S. A., com sede na Avenida de Santos e Castro, Lisboa, passando a respectiva concessão a designar-se Cabeção-Coruche.

24 de Julho de 2007. — O Chefe de Divisão, *José Ribeiro Graça*.
2611051186

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 22 951/2007

Nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 185.º da Constituição da República Portuguesa, serei substituído na minha ausência, de 22 a 26 de Setembro de 2007 (inclusive), por motivo da minha deslocação a Santiago do Chile para participar no Fórum UE América Latina e Caraíbas sobre Coesão Social, pelo Secretário de Estado da Segurança Social, Dr. Pedro Manuel Dias de Jesus Marques.

21 de Setembro de 2007. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Direcção-Geral da Segurança Social

Declaração (extracto) n.º 262/2007

Declara-se, em conformidade com o disposto no Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de Janeiro, que se procedeu ao registo definitivo da alteração dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado provisoriamente pela inscrição n.º 05/07, a fls. 99 e 99 v.º do livro n.º 11 das associações de solidariedade social e considera-se efectuado em 11 de Abril de 2006, nos termos do n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento acima citado.

Este registo foi convertido em definitivo em 6 de Setembro de 2007, pelo averbamento n.º 1 à referida inscrição.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

Denominação — Associação Dinamizadora dos Interesses de Basto — ADIB;

Sede — Rua de Antunes Basto, Refojos de Basto, 4860-363 Cabeceiras de Basto;

Fins — apoiar a infância, a juventude, a terceira idade, a família, a invalidez e a deficiência. Secundariamente: o desenvolvimento e aperfeiçoamento cultural, profissional, educacional e económico-social da comunidade em geral.

13 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Secção, *Palmira Marques*.

2611051013

Declaração (extracto) n.º 263/2007

Declara-se, em conformidade com o disposto no Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85 de 11 de Outubro, e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de Janeiro, que se procedeu ao registo definitivo da alteração dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pelo averbamento n.º 8 à inscrição n.º 33/90, a fls. 117 v.º, 31 e 167 dos livros n.ºs 4, 7 e 11 das associações de solidariedade social e considera-se efectuado em 22 de Agosto de 2007, nos termos do n.º 4 do artigo 9.º do Regulamento acima citado.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

Denominação — Associação de Reformados e Pensionistas da RTP — ARP/RTP;

Sede — Avenida do Marechal Gomes da Costa, 37, Lisboa.

19 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Secção, *Palmira Marques*.

2611051012

Declaração (extracto) n.º 264/2007

Declara-se, em conformidade com o disposto no estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, e no regulamento aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de Janeiro, que se procedeu ao registo definitivo da alteração dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pelo averbamento n.º 3 à inscrição n.º 96/93, a fl. 165 v.º do livro n.º 5 das associações de solidariedade social e considera-se efectuado em 18 de Julho de 2007, nos termos do n.º 4 do artigo 9.º do regulamento acima citado.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

Denominação — Clube Desportivo Recreativo e de Solidariedade Social de Marialva;

Sede — Marialva.

19 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Secção, *Palmira Marques*.

2611051011

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Administração Regional de Saúde do Norte, I. P.

Despacho (extracto) n.º 22 952/2007

Por despacho de 1 de Agosto de 2007 da vogal do conselho directivo enfermeira Isabel Oliveira da ARS do Norte, I. P., no uso de competência subdelegada, foi autorizada a prorrogação de licença sem vencimento por mais um ano à fisioterapeuta Fátima Mariana Macedo dos Santos, do Centro de Saúde de Barão do Corvo, com efeitos à data de 1 de Setembro de 2007, nos termos do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, na redacção dada pela Lei n.º 117/99,

de 11 de Agosto, conjugado com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 169/2006, de 17 de Agosto.

20 de Setembro de 2007. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Fernando Manuel Ferreira Araújo*.

Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.

Sub-Região de Saúde de Leiria

Deliberação (extracto) n.º 1977/2007

Por deliberação de 1 de Janeiro de 2007 do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., no uso da competência delegada, foi autorizada a renovação do contrato de trabalho a termo certo, por três meses, ao abrigo do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, nos termos do n.º 3 do artigo 18.º-A do Decreto-Lei n.º 53/98, de 11 de Março, à médica de clínica geral Emília Júlia Domingos dos Reis, com efeitos a 1 de Fevereiro de 2007.

Por deliberação de 3 de Abril de 2007 do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., no uso da competência delegada, foi autorizada a renovação do contrato de trabalho a termo certo, por três meses, ao abrigo do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, nos termos do n.º 3 do artigo 18.º-A do Decreto-Lei n.º 53/98, de 11 de Março, à médica de clínica geral Maria Manuela Victor Guilherme Narciso Ceita, com efeitos a 26 de Janeiro de 2007.

Por deliberação de 28 de Maio de 2007 do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., no uso da competência delegada, foi autorizada a renovação do contrato de trabalho a termo certo, por mais três meses, ao abrigo do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, nos termos do n.º 3 do artigo 18.º-A do Decreto-Lei n.º 53/98, de 11 de Março, à assistente eventual de clínica geral Isabel Cristina Vaz Costa Neves, com efeitos a 2 de Abril de 2007.

Por deliberação de 11 de Abril de 2007 do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., no uso da competência delegada, foi autorizada a celebração de contrato de trabalho a termo certo, por um período de três meses, eventualmente renovável por um único e igual período, ao abrigo do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, nos termos do n.º 3 do artigo 18.º-A do Decreto-Lei n.º 53/98, de 11 de Março, às assistentes eventuais de clínica geral Ana Paula Silva Oliveira Marques e Natália Maria Lourenço Simões, com efeitos a 2 de Abril de 2007.

26 de Julho de 2007. — O Coordenador, *Jorge Manuel Silva Pereira*.
2611050991

Centro Hospitalar de Torres Vedras

Aviso n.º 18 932/2007

Por deliberação do conselho directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., foi a Marisa Sofia Ramos Vidal, enfermeira graduada do quadro de pessoal do Centro Hospitalar de Lisboa Central, E. P. E. — Hospital de São José, autorizada a transferência para o quadro de pessoal do Hospital Dr. José Maria Antunes Júnior, integrado no Centro Hospitalar de Torres Vedras. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Setembro de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *José Moreira Furtado Mateus*.

Hospital de Júlio de Matos

Despacho (extracto) n.º 22 953/2007

Por deliberação de 19 de Julho de 2007 do conselho de administração da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, foram ratificados os contratos de trabalho a termo certo, celebrados nos termos do n.º 3 do artigo 18.º-A do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, pelo período de três meses, com os profissionais de enfermagem a seguir identificados, produzindo efeitos a partir das datas indicadas:

Período inicial:

Marta Marisa Marcelino Gaspar — a partir de 7 de Agosto de 2006.
Nilza Mapurunga — a partir de 4 de Setembro de 2006.

Tânia Rita Duarte Batista — a partir de 4 de Setembro de 2006.
Viriato Dinis Veiga Silva — a partir de 4 de Setembro de 2006.

Marta Marisa Marcelino Gaspar — a partir de 14 de Fevereiro de 2007.